

GRUPOS DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE MATO GROSSO. UMA ESTRATÉGIA VIÁVEL DAS POLÍTICAS PARA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE?

Rosana Manfrinate¹

RESUMO:

No momento em que se discute o relatório apresentado às Nações Unidas sobre os impactos causados pela poluição mundial sobre as mudanças climáticas no aquecimento global, e aproximando-se do início da realização do acordo firmado com quase todos os países do mundo para diminuição da emissão de carbono do Protocolo de Kioto; é fundamental, portanto, discutirmos Políticas Públicas voltadas a Educação Ambiental em nosso país e mais especificamente no estado de Mato Grosso. E dentro desta perspectiva, analisar as ações dos grupos de trabalho de educação ambiental criados nos municípios pelo governo do estado e coordenados pela antiga FEMA, como estratégia de implementação desta política.

Palavras-chave: políticas públicas, educação ambiental, grupos de trabalho.

ABSTRACT

At this time when we discuss the presentations made to the United Nations about the impact caused by global pollution and changes in climate and global warming, and also being close to the beginning of the Kioto Protocol treaty made with almost all countries in the world to diminish the emission of carbon, it is of utmost importance to discuss politics centered to Environment Education in our country, and more specifically in the state of Mato Grosso. It is with this perspective in mind that we need to verify the actions of environment education work groups created in the cities by the state government and coordinated by the previous FEMA, as a strategy to implement this politic.

Key-words: publics politic, environment education, work groups.

INTRODUÇÃO

No momento em que se discute o relatório apresentado às Nações unidas sobre os impactos causados pela poluição mundial sobre as mudanças climáticas no aquecimento global, e a aproximando-se do início da realização do acordo firmado com quase todos os países do mundo para diminuição da emissão de carbono do Protocolo de Kioto; creio que seja fundamental, portanto, discutirmos Políticas Públicas voltadas a Educação Ambiental em nosso país e mais especificamente no estado de Mato Grosso.

A nível federal encontramos o PNEA-lei 9795/99, que define a educação ambiental como *“processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem como o uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua*

¹ Especialista em Formação Histórica das Políticas Públicas e Sociais do Brasil pelo UNIVAG

sustentabilidade”. As leis e programas se definem também a nível estadual e são subsidiadas por diversas políticas públicas voltadas as demandas da sociedade.

Como políticas públicas voltadas a Educação Ambiental em Mato Grosso podemos destacar a criação dos Grupos de Trabalho de Educação Ambiental, criados por Decreto Estadual nº. 4338 em 16 de maio de 2002 que preconizava a promoção da Educação Ambiental como sendo dever do Estado e da Sociedade Civil: *a promoção da Educação Ambiental em seus aspectos formal e não formal, conforme dispõe o inciso IX do artigo 1º e inciso IX do artigo 11 da Lei complementar nº38, de 21 de novembro de 1995, considerando o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da interdisciplinaridade, através da abordagem articulada das questões ambientais e níveis locais, regionais, nacionais e globais, como princípios básicos da Educação Ambiental*. Mostrando assim já uma preocupação com o meio ambiente e a sociedade.

Dentro deste contexto, entendo seja objeto de estudo desse artigo a análise da atuação dos Grupos de Trabalho de Educação Ambiental, enquanto Política Pública instituída pelo governo de estado de Mato Grosso e coordenada pela antiga FEMA (Fundação Estadual de Meio Ambiente, transformada ao nível de Secretaria, SEMA, em 2005).

Antes, porém de tecer qualquer análise é importante fazer algumas considerações históricas e atuais, mesmo que de forma sucinta sobre o cenário de Mato Grosso que exigiu a criação dessas políticas, dos grupos de trabalho e de onde o órgão gestor a SEMA atua e faz sua articulação.

É necessário considerar que o estado Mato Grosso sempre foi visto como um potencial a ser explorado; pois os bandeirantes paulistas que aqui chegaram no século XVIII, já vinham em busca de mercadorias valiosas como ouro, índios e com a intenção de fortalecer as fronteiras portuguesas, dava-se assim oficialmente a exploração desse território. Essa exploração, porém, era considerada difícil devido a diversos fatores: à distância do litoral, dos ataques de índios, doenças e a própria floresta.

Em meados do século XIX, Mato Grosso foi descrito pelos viajantes como um lugar de natureza exuberante e riquezas naturais, que poderiam engrandecer não só a província, mas também grande parte do Império. Mas mesmo essas vozes, constatavam que toda essa riqueza não era suficiente para desenvolver a região. Era preciso uma colonização intensa e de pessoas capazes, dispostas a trabalhar e desafiar as dificuldades como demonstra o texto de Bartolomé Bossi citado por Volpato (1993): ***“Mato Grosso necesita poblacion; necesita empresas de colonisation en grande (sic) escala paraque sus colasales riquezas, inertes y olvidadas, se evoquen á la superficie de las sociedades ávidas de oro, de movimiento comercial y de industrias”***.

Não acho necessário aqui entrar no mérito do discurso da modernidade, da civilização de

que essa citação está carregada, mas vale a pena pela ilustração do pensamento da época.

Com o passar dos anos, tendo alternado atividades econômicas como Engenhos de Açúcar, garimpos de ouro e diamantes, Mato Grosso no início do século XX já com as fronteiras devidamente definidas, sendo ainda mais inserido no processo capitalista como exportador de matéria-prima, com suas conhecidas riquezas: erva-mate, poaia e o látex. Esses produtos eram nativos da nossa vegetação, constituindo assim apenas o trabalho de extrai-los do ambiente. A exploração era feita por empresas que através do arrendamento das terras e licença para explorar, e utilizavam da mão-de-obra camponesa da região, pagando salários que não propiciavam a sobrevivência.

A “Marcha para Oeste” do governo de Getúlio Vargas, na década de 30 e 40, com intenção de colonizar o interior do Brasil atraiu levas de imigrantes que se estabeleceram em colônias agrícolas. Entretanto, nada teve um impacto maior do que os programas estabelecidos pelo governo militar na década de 70 que perduraram até meados de 80, que incentivavam a migração de pessoas para Mato Grosso principalmente vindas do Sul do país.

Grandes fazendeiros aqui se estabeleceram, porém o Sul do Brasil não tinha apenas grandes fazendeiros; a maior parte dos imigrantes que vieram para Mato Grosso era oriunda das pequenas propriedades já saturadas, e que a cada ano eram engolidas pelo latifúndio. Situação que gerava os conflitos agrários temidos pela Ditadura.

Na lógica do pensamento militar que dominava o país, a estratégia mais prudente para intervir nesses territórios tensos (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) foi remanejar camponeses, para lugares que teoricamente eram “vazios”, a chamada Amazônia Legal na qual Mato Grosso está com quase todo seu território inserido, ocupados apenas por índios, antigos quilombos e comunidades tradicionais, ou seja, toda uma população invisível para a ótica capitalista.

Levas e levas de imigrantes chegavam e se estabeleciam em lugares que antes eram Florestas fechadas, formavam plantações e criavam cidades. Com eles migravam também os conflitos pelas terras mal divididas, a violência no campo, o desmatamento, as grandes plantações em contraposição com assentamentos mal projetados em terras inférteis e a pobreza.

De acordo com o Anuário Estatístico de Mato Grosso em 2005, o estado possui 906.806,9 Km² de extensão territorial, contendo três biomas: Cerrado 40,80% do total do território, Pantanal 04,04% e floresta 52,16%, com 141 municípios, mais de 2.000.000 habitantes e tem como principais atividades econômicas: a agricultura, a pecuária, exploração de madeira e algumas jazidas de ouro e diamante e outros metais.

Entretanto os resultados quantitativos do Anuário Estatístico, não demonstram os vários desafios a serem resolvidos pelo governo, pelas políticas públicas, e pela sociedade civil de Mato Grosso no século XXI: Mato Grosso hoje é o maior produtor de grãos do mundo, principalmente a soja, que é produto de exportação. As grandes plantações podem ser vistas espalhadas por todo o estado, possuem tecnologia avançada e geram milhões. O gado também é expressivo e valorizado no mercado externo.

Mas em pouco menos de trinta anos, o preço que custou e custa uma agricultura tão vultosa foi à devastação onde antes era floresta e cerrado e o comprometimento social e ambiental do estado. Mato Grosso é o campeão em desmatamento 63,41% no total dos três biomas de seu território, e é campeão também de queimada ilegal. Caminhões são apreendidos diariamente com madeiras contrabandeadas. O solo corre o risco de desertificação, muitas nascentes são perdidas por causa do desmatamento, os rios tornam-se assoreadas e sem balneabilidade.²

No campo social o descuido com o meio ambiente também tem custado caro à população civil, principalmente a mais pobre, a que vive das pequenas propriedades assentadas, da pesca e em comunidades tradicionais. Até mesmo populações das cidades, têm seu dia-a-dia à rotina de má condição do ar com fumaças que causam problemas respiratórios, doenças que antes eram específicas de florestas como dengue, malária, rotavírus, hantavírus, leishmaniose e outras. Temos a cidade considerada modelo em Índice de Desenvolvimento Humano: Sorriso. Mas também temos a cidade considerada mais violenta do país segundo um estudo da Organização dos Estados Iberoamericano: Colniza onde os crimes mais comuns não são roubos, ou tráfico como no resto do país e sim assassinatos devido a conflitos agrários. Colniza acumula ainda o título de município com maior registro de focos de calor em 2005, 1.423 ao todo, e nem mesmo aparece na estatística do IDH.

Num momento onde o mundo todo começa a sentir e a temer o aquecimento global, é necessário cobrar do Estado uma resposta e responsabilidades que amenizem esses problemas. No cenário em que deve atuar as Políticas Públicas voltadas a Educação Ambiental temos os grandes produtores do agro negócio, pecuaristas que não admitem perder lucros, pequenos produtores, assentados do Incra, sem terras que muitas vezes devido às péssimas condições de vida em que se encontram e a falta de assistência técnica são também responsáveis por diversos crimes ambientais. Encontram-se nesse cenário ainda 05 Unidades de Conservação Federais 37 Unidades de Conservação Estaduais e 65 terras indígenas, os ambientalistas e a sociedade civil que vive longe

² Balneabilidade é a medidas das condições sanitárias destinadas ao consumo, ao contato e a pesca.

dos campos, mas que está sendo atingida e com isso se sensibilizando para o problema e outros tantos ainda invisíveis aos programas de governo.

Tecer políticas Públicas de Educação Ambiental que abarquem toda uma sociedade tão diversificada, de cada ramo com sua expectativa não é tarefa fácil. É necessário que o governo adote requisitos bem definidos tais como: a quem e como se deseja alcançar, e especifique as razões. O ideal seria que fossem criadas no estado políticas que amenizassem todos esses desvios decorrentes de quase dois séculos de ocupação não planejada da região. Afinal é essa uma das funções das políticas públicas.

Para o Dicionário da internet Wikipédia Política pública é um conceito de Política de Administração que designa certo tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos. Entende-se por Políticas Públicas “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (Guareschi, Comunello, Nardini & Hoenisch, 2004, pág. 180).

De acordo com o texto de Leroy (2002) as políticas públicas devem ter em sua formulação e execução pactos entre setores da sociedade que estejam abertos a reais transformações, que aceitem negociar e, portanto sacrificar algum interesse particular, não pode ser aplicado satisfatoriamente sem que leve em conta o ambiente mundial, dado o grau de inserção internacional, econômica, institucional e cultural do Brasil. E têm também como finalidades: possibilitar a existência de uma sociedade em que todos tenham a cidadania reconhecida, criando condições para que a massa da população, vivendo na indigência, e na pobreza possa sair dessa situação; assegurar que, no futuro, o território esteja em condições de sustentar e permitir a reprodução da vida e da sociedade, em condições ecologicamente saudáveis e socialmente justas.

Pensamentos parecidos podemos encontrar no texto de Sorrentino (2005) que define Política Pública como um conjunto de procedimentos formais e informais que demonstram a articulação do poder e tem como finalidade à resolução pacífica de conflitos bem como à construção e o aprimoramento do bem comum. Uma política pública representa a organização da ação do Estado para a resolução de um problema ou atendimento de uma pendência específica da sociedade tendo como configuração a intervenção direta, a regulamentação, ou o contratualismos.

A visão de Política Pública que Sorrentino tem, é voltada a Educação ambiental. Para ele a E.A. visa à superação das injustiças ambientais, das desigualdades sociais, da apropriação capitalista, tratando assim de uma mudança de paradigma que implica tanto numa revolução

científica quanto política e que nasce no âmbito da sociedade civil e com autonomia de diferentes atores (Sorrentino, 2005). Uma estratégia que acarretará a sustentabilidade ambiental e social do planeta, em oposição ao conceito de Desenvolvimento Sustentável até então o rumo a ser seguido pelo capitalismo, indicando o tratamento dado à natureza apenas como matéria-prima com objetivo de servir ao mercado capitalista servindo apenas a uma parcela da Sociedade, produzindo desigualdades na distribuição e no acesso a esses recursos a pobreza e a falta de identidade.

A Educação Ambiental permeia o contexto de Políticas Públicas orientada por uma transdisciplinariedade refletindo o meio ambiente não apenas como uma aprendizagem sobre a natureza, mas como base em intercâmbios entre o meio físico-biológico com a sociedade e a cultura produzidas.

A estrutura de funcionamento e as Ações dos GT's

A FEMA era a gestora das Políticas Públicas estaduais de Educação ambiental em Mato Grosso e como tal tinha a função de planejar, coordenar, controlar e de decisão de estratégias que oportunizassem a implementação dessas políticas. A criação dos GT's foi uma das estratégias de promover a educação ambiental.

Extra-oficialmente o GT's funcionam desde 1999 e oficialmente por Decreto desde 2002. Dentro da finalidade dos GT's são elencadas, pelo Decreto, um leque amplo de atividades: temos a discussão, elaboração planejamento, gestão, coordenação, acompanhamento, avaliação, implementação de atividades e construção conjunta da Educação Ambiental dos Municípios, inclusive para propor normas.

Em folder explicativo da FEMA, consta que o papel do Gts é o “de promover a articulação das entidades em nível regional buscando sempre a melhor alternativa para a solução da problemática ambiental buscar parceria com empresas particulares com o objetivo de finaciar custos para com ações pontuais(Semana da árvore, semana do Meio Ambiente...)fomentar criação de conselhos, comitês, GT, movimentos, cooperativas, associações etc.

Em quatro anos de funcionamentos os GT's foram efetivados 82 grupos, e em algumas cidades não foi possível sua criação devido ao total desinteresse das pessoas que foram convidadas, dentre essas cidades em que os GT's não foram concretizados estão Cuiabá e Várzea Grande.

Nesses quatro anos foram realizadas, em alguns desses grupos, um pequeno número de

ações em E.A. Destacamos³:

- Excursão com alunos da rede pública para conhecer a biodiversidade de Mato Grosso; objetivando a sensibilização quanto à ação do homem na natureza. Levantar dados através de relatos e fotos para construção de um acervo ambiental para escola, que servirão de amostras para os alunos que não foram a excursão.
- Caminhada ecológica coleta de lixo que estavam das ruas e áreas ribeirinhas; podendo ser vidros, plásticos, papel e lata, para além de limpar o ambiente, utilizar este lixo coletado para os trabalhos de reciclagem. Conscientização de que, não devemos jogar lixo na rua e que lugar de lixo é no lixo.
- Comemoração do dia da árvore; Sensibilização para a preservação das árvores, símbolo da vida, mobilização crítica de que todo dia é dia da árvore.
- Incentivar o cultivo de plantas frutíferas e ornamentais. Incrementar a merenda escolar, com frutas colhidas na própria escola.
- Comemoração da semana do meio ambiente. Com uma série de eventos, chamar atenção da sociedade para a problemática ambiental.

É pertinente considerarmos que todas essas ações são, propostas ao grupo, pela instituição gestora (FEMA), contrariando uma das funções do próprio grupo que é organizar e planejar ações de Educação Ambiental, em consonância com as demandas observadas através de diagnósticos elaborados a partir do trabalho de cada grupo ao estudar a realidade ambiental de seu município. Sendo assim, essas foram atividades realizadas dentro do enfoque e com a visão institucional e não construídas com a participação democrática. Muitas vezes os gestores não enxergam o problema, mas mesmo assim propõem uma solução, e a sociedade cabe apenas ratificar essa solução.

Outra observação que deve ser feita é que os participantes dos Grupos de trabalho de E.A. seriam necessariamente voluntários, oriundos da sociedade civil, de ONGs, e de instituições públicas e privadas. Entretanto, sua criação foi feita por Decreto Estadual assinado pelo governador, demonstrando um caráter impositivo da lei que deve ser obedecida, contrariando de certa forma os princípios de participação e descentralização e reconhecimento da pluralidade citados no próprio

3 Informações retiradas do Plano de atividades dos municípios do pólo de Cuiabá 2003-Arquivo CEA/SEMA

decreto. Desencadeando com isso outra consequência: as instituições governamentais indicavam através de ofício um representante, que passava a pertencer ao grupo por uma obrigação profissional e não mais voluntária.

Reportando às Atas de formação destes grupos, que serviram como uma das fontes documental para esse artigo, observei que: poucos eram os participantes que representavam apenas a sociedade civil. Em alguns casos os participantes eram em sua maioria técnicos de órgãos governamentais como funcionários de prefeituras, assessores políticos, INCRA, EMPAER, entre outros, e que no geral passavam a ser coordenadores dos grupos e de certo modo voltavam as ações para o campo de atuação em que estavam envolvidos e que tinham maiores domínios. Em nenhuma das Atas consta que empresas particulares enviaram representantes.

Na situação acima descrita, a semelhaça dos GT's, com a situação estudada por Mario Fuks(2006) que ao analisar o Conselho Gestor de Políticas Públicas de Curitiba, evidencia uma hierarquia entre os segmentos com a predominância dos representantes do governo em detrimento da sociedade civil implicando na influências nas deliberações, pois possuem pareceres técnicos sobre os assuntos abordados em suas falas o que dificulta a contestação por parte da população e contam com o monopólio dos principais recursos distribuídos no interior do próprio conselho: o de presidente e o de homologar suas deliberações.

Esses dados nos leva a refletir a cerca dos desafios que a FEMA deveria mediar enquanto gestora da política de Educação Ambiental em Mato Grosso. Desafios sobre gestão são apontados no relatório produzido pelo instituto Florestam Fernandes sobre a gestão pública. Esse relatório reconhece, que as máquinas públicas foram construídas para outro tipo de proposta política quando a transparência, democracia e participação popular ainda não eram prioridades. Os processos de transformação ou adaptação são lentos e muitos vezes apenas aparentam pequenas mudanças. Não podemos esquecer que somos herdeiros de um governo militar ditatorial.

É necessário entender que o tipo de gestão inovadora (democrática), demora a ser implantada, pois necessita ser institucionalizada e sistematizada no processos administrativos, e em todo corpo gestor. Todavia a transparência e a participação social democrática são condições sine qua non para que qualquer política pública de qualquer governo cumpra sua meta institucional.

Os GT's enquanto estratégia da Política Pública de Educação Ambiental: Erros e Acertos

No município de Jauru, foi criada uma ong composta apenas pela sociedade civil

denominada Associação de Jauru para o Meio Ambiente, cuja a presidente é uma professora aposentada de nome Lana, que no ano de 2006 conseguiu o belo feito de diminuir em 80% a queimada urbana, através das ações de sensibilização e de monitoramento.

Em Barão de Melgaço uma cozinheira conhecida pelo apelido de Pita é a principal fiscal voluntária da SEMA, denunciando crimes ambientais ocorridos na região. O que estas duas histórias têm em comum?

- Tanto a professora aposentada e a cozinheira Pita são remanescentes dos GT's.

E de que forma poderíamos avaliar essa situação? Como um erro, ou um fracasso dos Gt's talvez, já que as duas tomaram outros rumos deixando de lado o grupo e seu Decreto. E quais foram os motivos que levaram a esse fracasso?

Por uma avaliação criteriosa podemos levantar como erro primário: a falta de recursos financeiros para a execução de projetos elaborados pelos GT's. Ele não se constituía como uma pessoa jurídica não tendo assim um CNPJ portanto não podendo receber financiamentos.

Isso implicava num problema quando o grupo já estava formado e a FEMA, deixava de financiar ações ou participar de reuniões, pois como gestora ela descentralizava o poder, o grupo terminava pois não conseguia andar com as próprias pernas.

A falta de uma definição de concreta, objetiva, e até de filosófica, do que vem a ser a E.A não oportunizou a sua incorporação enquanto política pública ao cotidiano de problemas enfrentados pela população dos Municípios. A E.A não foi considerada como uma possibilidade de transformação social, especialmente por entendermos que o conceito de Educação Ambiental admite o processo permanente de aprendizagem baseado no respeito a todas as formas de vida, afirmando valores e ações que contribuem para a transformação humana e social.

. Ela estimula a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas, responsabilidades individual e coletiva. (SATO, 2003,p.17). Retomando também o que já foi abordado por este artigo, educação Ambiental pode ser colocada como superação de injustiças sociais.

Sendo assim, as ações dos GT's não deram conta de abarcar todas as necessidades e demandas de implementações da política Pública de E.A. As ações foram pontuais, evidenciando a preocupação ecológica, e pouco privilegiando a social.

Comemorações como o dia da árvore, como recolher lixo são necessárias, mas quando bem contextualizadas. Como foi assinalado acima, no cenário de Mato Grosso o problema ambiental não é só causado pelas donas de casa por não reciclarem o seu lixo, ou porque os pescadores não respeitam a piracema, ou ainda porque somos mal educados e jogamos papel no chão, é por isso e

por muito mais que isso.

O problema ambiental deve muito a dinâmica capitalista, a divisão internacional de trabalho onde ocupamos o lugar de fornecedores de matérias-primas, ao consumismo, e ao crescente capital financeiro, que causam pobreza, degradação humana e ambiental. Os problemas são retratos dos desrespeitos pelo que vêm sofrendo a sociedade e o meio ambiente.

A Educação Ambiental para nós brasileiros deve ser um instrumento que possibilite a sociedade se reconhecer como sujeitos muitas vezes excluído de seus direitos, que se relacionam entre si e com o meio ambiente, e que tem possibilidades de exigir mudanças, reconstruindo sua história.. É a luta pelo paradigma da sustentabilidade entendido como senso de ética, igualdade e justiça social, de preservação da diversidade cultural e autonomia das culturas. Sendo que seu principal desafio está em não só viver melhor amanhã, mas viver de modo diferente hoje, aqui e agora, e para que isso aconteça, exige profundas mudanças na forma de pensar, viver, proguzir e consumir(RUSCHEINSKY, 2003).

A política implantada pelo governo e as ações dos GT's não corresponderam a esse imperativo de sustentabilidade, ao contrário referendou apenas o que já existia, ou seja a idéia de desenvolvimento a qualquer preço, pois não propos nenhuma mudança significativa do modelo de exploração, de sobrevivência e de construção de sociedade.

Atualmente para a equipe técnica da Educação Ambiental da SEMA, os GT's são considerados como uma tentativa de trabalho frustado, sem continuidade em seu plano de trabalho. Mas e a Lana de Jauru e a Pita de Barão de Melgaço, será que o tempo em que elas passaram se reunindo nos GT's, podemos dizer em uma avaliação que não houve êxito?

Vamos primeiro ao caso de Jauru: A criação da Associação de Jauru para o Meio Ambiente veio depois dos GT's, que serviu como experiência de sensibilização, organização para a formação de outro grupo, dessa vez uma associação com mais poderes para agir e composta apenas pela sociedade civil.

No caso de Barão de Melgaço nossa amiga Pita tornou-se uma fiscal, que denuncia crimes ambientais, ligando para a auditoria da SEMA, sem nenhum constrangimento. Pita mostra que entendeu a noção de que deveria denunciar o que a agredi enquanto crime ecológico, e que tem direitos em exigir que se tome providência. Esses dois exemplos estão longe de serem usados como experiências exitosas em Políticas Públicas de Educação Ambiental, mas não podemos negar que de alguma forma os GT's serviram de influência positiva para que se comece a trilhar um caminho democrático.

E para o futuro, o que podemos fazer?

Como já foi citado o problema ambiental é causado por inúmeros motivos, consumismos desmetidos, crescimento das indústrias, a visão antropocêntrica de que a natureza está totalmente a serviço do homem. Criamos uma situação que chegou ao limite do aceitável, mas embora a degradação ambiental atinja a todos, é sempre a parte mais pobre da população que sofre em demasia com seus impactos.

Não podemos mais fechar os olhos diante da situação; sociedade civil e governo devem se mobilizar numa tentativa de reverter a situação.

Nesse artigo tentamos analisar a implementação da Política Pública de Educação Ambiental de Mato Grosso através da criação dos Grupos de Trabalho de Educação Ambiental e suas ações.

Concluimos com as pesquisas nas Atas das reuniões dos GT's e com os relatórios técnicos de trabalho da antiga FEMA(atual SEMA), que os grupos de trabalho já são partes derrocadas da política pública de Educação Ambiental, não sendo reconhecido mais nem mesmo pelo órgão gestor ou por seus próprios participantes.

Contudo, é primordial que seja usada toda a experiência de sucessos e insucessos obtidos com os GT's, como base para sugestões de alterações para a Política, dando a oportunidade para que ela se constitua realmente num elemento transformador da sociedade.

Apontamos como primeiro passo o processo de avaliação tanto da política de Educação Ambiental como estratégias usadas para sua implementação.

As avaliações em políticas públicas e programas do governo ainda são algo novo no Brasil, sendo muito utilizado em relação aos resultados, no entanto não se estendem essa preocupação ao processo. Essas avaliações devem ser feitas antes da implementação da política, como forma de diagnóstico, e de levantamento das demandas, ou seja "como fazer, o que fazer e para quem fazer". É também necessário que a avaliação seja realizada durante a implantação dos programas, como forma de correção do processo, e para melhor direcionar a política proposta. Ter maior preocupação com os questionamentos sobre quais demandas sociais e contornos políticos que indicam a insuficiência e a inadequação dos processos.

Deverá contudo, primar pela avaliação qualitativa, geralmente desenvolvida por intermédio de estudos de caso, embasada pela avaliação quantitativa, desde que se tenha confiabilidade dos fatos e de dados estatísticos disponibilizados, e, dessa forma trabalha-las em conjunto e agregadas, produzindo assim indentificações de problemas, distinguindo dificuldades de implementação das formulações das políticas.(FONSECA,2005)

A avaliação não pode mais ser vista somente como um componente obrigatório apenas em

programas financiados por órgãos internacionais, uma prática comum a implantação de políticas públicas.

Caminhando junto com a avaliação está a gestão da política pública pelo órgão competente, no caso a SEMA, que deve se entender como tal, e não como produtora de Educação Ambiental. Ela deve sim usar sua capacidade para mediar, coordenar e fomentar a política pública. Fazendo diagnóstico, sobre a problemática ambiental. Sua esfera de decisão vai além de organizar reuniões e de ações pedagógicas, mas é sua obrigação garantir que isso aconteça no âmbito social.

A gestão tem que estar preparada para as diversas nuances: como transitoriedade dos gestores e mudanças de grupos políticoscada qual com sua ideologia. Somente em um ano a SEMA mudou duas vezes o cargo de secretário e três de superintendente de Educação Ambiental, mudando também mesmo que sutilmente o contorno dos trabalhos, através do remanejamento de pessoal e orçamento.

É importante que os financiamentos, equipe técnica, plano de trabalho sejam amarrados e garantidos junto a instâncias normativas e fiscalizadoras estaduais e federais como: Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público e o Tribunal de Contas. Segundo Ana Fonseca do Núcleo de Políticas Públicas da UNICAMP (2005) é o compromisso e a produtividade nos programas sociais que dá credibilidade à gestão. O Estado não tem o direito de ser ineficiente para com a sociedade, principalmente, com os que dependem dele para sobreviver.

No plano técnico, uma das propostas é aumentar o número de profissionais habilitados para a área de gestão, para realizarem bons projetos. Para isso é necessário conhecer as diretrizes de governo, reconhecer o saber acumulado na instituição, suas melhores práticas de gestão, envolver outros setores de conhecimento como estratégia de ação e incluir indicadores de qualidade de gestão pública.

Contudo nenhuma proposta de trabalho será possível se não houver o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação que podem influir na capacidade de gestão dos governos e atuação da sociedade.

O governo deve conhecer com riqueza de detalhes o diagnóstico da situação em que se encontram os municípios de seu Estado, no caso de Mato Grosso conhecer o que existe em educação ambiental, e com esses dados elaborar as políticas públicas necessárias. Devendo também oportunizar o zoneamento agro-ecológico. Mais ainda: divulgar para a população as informações, como forma de conhecimento sobre as potencialidades e problemas que enfrentam no seu habitat.

A informação técnica é muito valiosa para a democracia, ela é um dos instrumentos de cobrança e possibilita a participação na tomada de decisões, nivela conhecimentos, retira o poder

das mãos de apenas uma representação, a institucional, como era o caso dos GT's. Não basta que instituições participativas estejam à disposição para que a ampliação da participação ocorra. Os contragimentos socioeconômicos, simbólicos e políticos podem funcionar como um poderoso obstáculo à participação ou até mesmo aprofundar a desigualdade política(FUKS,2002).

Por fim, apesar dos erros e equívocos consideramos que a existência, de políticas públicas que oportunizem espaços como os dos GT's são resultados de lutas políticas, e tendências para um futuro democrático, mas que ainda precisam ser melhor estudadas e implantadas, porém de maneira alguma abandonadas. Precisamos de políticas públicas que sejam transformadoras e que busquem o desenvolvimento do Brasil.

REFERÊNCIAS

- FONSECA,Ana. *Avaliação de Políticas Sociais. O desafio de fazer, analisar e corrigir simultaneamente*.Revista Brasileira de Ciências Sociais.2005
- FUKS,Mario."Participação política em conselhos gestores de políticas sociais no Paraná"in R.M. Perissinotto e M.Fuks(orgs.), *Democracia: Teoria e prática*. Rio de Janeiro, 2002.
- LEROY, Jean Pierre. *Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia o que isso tem a ver como você?* Petrópolis-RJ, Vozes, 2002.
- SATO,Michèle.*Educação Ambiental*.Rima.São Carlos,2003.
- RUSCHEINSKY,Aloísio.As mediações entre o ambiental e a noção de sustentabilidade.Revista Espaço Acadêmico – Nº 29 2005.
- SORRENTINO,Marcos.TRAIBER,Rachel.MENDONÇA,Patricia.FERRARO Junior, Luiz A.*Educação Ambiental como política pública*.Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31,n2 maio/ago. 2005.
- TAVARES,Maria Gizelda O. MARTINS,Eliecilcia de F.,GUIMARÃES,Gislene Margaret Avelar.*Educação Ambiental, Estudo e Intervenção do Meio*. OEI-Revista Iberoamericano de Educación,2005.

FONTES

- Atas de reuniões dos Grupos de Trabalho de Educação Ambiental:pólo Sinop, Cuiabá, Cáceres, Pontes e Lacerda, Rondonópolis, Juina. Período 1999 a 2003 e Plano de trabalho Arquivo Morto - Coordenadoria de Educação Ambiental/Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso.